

SONETOS CAIPIRAS - 195

Festões de luz

Esio Antonio Pezato

Na mente o pensamento é somente física
Que procura acender o facho da razão.
A palavra qual fogu, indômita rabiscada
Uma ideia qualquer buscando inspiração.

De repente uma luz muito distante pisca
E em busca dessa luz persegue a imensidão.
Vem um perfume bom, uma essência de almíscar
E o pensamento explode arrebatando o chão.

Na terra árida e seca explode a Primavera,
Nos troncos podres, nus, a vida multiplica
E há mistérios no ar que alma jamais traduz.

Da palavra esverdeada explodem flores de hera,
A água passa a correr em cristalina bica,
E o céu antes nublado arde em festões de luz!

A vanguarda da metrologia brasileira

Marcos Heleno G. de Oliveira Jr.

O Ipm-SP esteve na vanguarda da metrologia brasileira desde sua criação, em 24 de abril de 1967, há 58 anos atrás. Para entender esta história, precisamos voltar um pouco no tempo, para maio de 1875, quando o Brasil fez parte da comissão que instituiu o sistema internacional de unidades, então chamado de convenção do metro. Eram duas as motivações para a padronização das unidades. A primeira, vindo do comércio internacional, cada vez mais globalizado e necessitando de harmonia entre os países para realizar seu potencial de troca. O segundo, vindo da comunidade científica, entendida que era fundamental uma base única de medições para o avanço da tecnologia, pois apenas com medidas era possível o avanço da ciência. Não é por acaso que a convenção do metro está no coração da revolução tecnológica que gerou as chamadas revoluções industriais. Ao contrário, foi uma das suas forças impulsionadoras.

A história da metrologia brasileira começa em São Paulo. Coube ao Gabinete de Resistência dos Materiais, atual IPT, criar uma divisão de metrologia aplicada, a primeira de nosso país. Não é por acaso, portanto, que o IPT se orgulha de ser o berço da metrologia brasileira. Somente na década de 1930, no estado novo, com forte pensamento centralizador, que foi criado o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), na tentativa de ter um IPT federal. Na década de 1940 o governo Vargas instituiu uma política nacional de metrologia, tendo o INT e o Observatório Nacional como executores. O INT tinha uma diretoria de metrologia, que trabalhava principalmente a regulamentação da metrologia legal.

No final dos anos 50 entendeu-se que o Brasil precisava de uma nova organização, que fosse dedicada ao tema da metrologia e assim foi criado em 1961, não sem forte oposição do INT, o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM). A história do Ipm-SP está ligada ao movimento seguinte, ao governo Castelo Branco.

Foi nesse governo que se entendeu que o Brasil, de dimensões continentais, não poderia concentrar a execução de suas políticas em estruturas federais. Foi este o espírito do Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que reorganiza o estado brasileiro e o marco para a ideia de que o planejamento tinha que ser centralizado e a execução tinha que ser delegada aos governos estaduais, administração indireta ou empresas estatais. Dois dias depois, é publicado o Decreto Lei 240, que estabelece a Política Nacional de Metrologia, seguindo este espírito.

Não demorou muito para que São Paulo criasse o primeiro instituto estadual de pesos e medidas, o Ipm-SP, para executar as atividades da Política recém estabelecida. Foi assim que 2 meses depois do DL 240 se criou o nosso Ipm.

Os desafios iniciais eram enormes. Em 1967 a metrologia legal praticamente só chegava nas principais capitais e foi o Ipm-SP que iniciou o trabalho de interiorização ao longo dos anos 1970, criando boa parte das regionais que temos hoje. Existem pessoas aqui no Ipm que participaram deste movimento. Nosso colaborador mais antigo

na instituição entrou aqui em 1971. Neste período destaca-se também a figura do Adejair Trigo, um verdadeiro desbravador da metrologia no interior do estado. Foi assim que na prática o Ipm foi a vanguarda da metrologia legal brasileira, estabelecendo processos e estruturas para que a proteção do mercado chegasse a todos os brasileiros.

Não demorou muito para que São Paulo criasse o primeiro instituto estadual de pesos e medidas, o Ipm-SP

Mas o Ipm nunca se deixou estagnar. Na década de 1990 foi peça fundamental para outro movimento importante no país, o da promoção da qualidade. Iniciando com uma unidade têxtil, o Ipm desenvolveu, juntamente com o Inmetro, os procedimentos de avaliação da qualidade, que deram origem ao selo do próprio Inmetro, principal marca de conformidade de nosso país. Temos também vários colaboradores que participaram deste movimento e estão conosco até hoje.

Um ponto importante da história do Ipm foi a estrutura laboratorial que foi criada, especialmente da administração do Dr. Trigo. O Instituto sempre foi muito zeloso da rastreabilidade de seus padrões e o que levou a ter hoje mais de uma dezena de laboratórios realizando serviços de calibração para o próprio Ipm e para empresas interessadas, participando da metrologia industrial brasileira.

Chegamos aos tempos presentes. Os desafios estão postos. O mercado é muito mais desafiador, impactado pela 4ª revolução industrial e suas tecnologias emergentes. Como impulsionar, através da infraestrutura da qualidade, a indústria tecnológica que se estabelece? Como ajudar na promoção dos negócios disruptivos que necessitam de confiança para terem sucesso? Como prestar serviços de metrologia legal em instrumentos cada vez mais digitais? Como trabalhar a inovação, coração da Indústria 4.0 sem que a IQ seja um obstáculo mas sim um suporte?

Como podemos ver, são muitos os desafios, mas o Ipm-SP tem uma história de pioneirismo e vanguarda. Possui uma força de trabalho comprometida que realmente veste a camisa, querendo sempre fazer a diferença. Olha para o futuro, com o orgulho de seu passado. Nunca se deixou estagnar, sempre esteve à frente e não será diferente agora. O estado de São Paulo pode ter a certeza que estamos trabalhando todos os dias para enfrentar estes desafios e transformá-los em oportunidades pois temos a consciência de nossa responsabilidade em ajudar nosso setor produtivo promovendo dignidade, diálogo e desenvolvimento. O Ipm-SP está na direção certa.

Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, Superintendente do Ipm-SP

Raphael Siqueira

Vivemos um momento de transformação profunda na forma como governos lidam com desafios complexos, e a inteligência artificial (IA) surge como uma ferramenta crucial para reestruturar a atuação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. No Brasil, exemplos concretos já apontam os impactos positivos do uso da IA na gestão pública, oferecendo um horizonte promissor para municípios como Piracicaba, que buscam maior eficiência, transparência e proximidade com o cidadão.

No Poder Judiciário, a IA tem sido usada para enfrentar o maior gargalo do sistema: a morosidade processual. O Supremo Tribunal Federal desenvolveu o sistema Victor, que identifica automaticamente processos com repercussão geral, auxiliando na triagem e no encaminhamento adequado. Outros tribunais têm adotado soluções como o Sinapses, que utiliza aprendizado de máquina para classificar peças processuais, sugerir jurisprudência e até redigir minutas. Tais ferramentas permitem que magistrados concentrem seu tempo na análise de casos mais complexos, promovendo maior celeridade. Em Piracicaba, onde as varas cíveis e de família frequentemente operam com sobrecarga, a adoção de so-

lucões semelhantes pelo Tribunal de Justiça de São Paulo poderia representar um salto na qualidade e na velocidade do atendimento judicial, com ganhos reais para o cidadão.

No Legislativo, a IA está sendo usada para organizar e dar visibilidade à produção legislativa. A Câmara dos Deputados, por exemplo, utiliza algoritmos que agrupam proposições semelhantes e rastreiam o andamento de projetos, facilitando a gestão legislativa. Cidades como Recife já implantaram assistentes virtuais que respondem dúvidas sobre leis municipais, mostrando que a IA pode ser uma ponte eficaz entre o cidadão e os representantes eleitos. Em Piracicaba, um chatbot legislativo integrado ao site da Câmara Municipal poderia não apenas esclarecer dúvidas da população sobre projetos em tramitação, mas também estimular a participação social ao coletar sugestões e denúncias. A tecnologia, nesse contexto, se torna uma ferramenta de democracia direta.

O Poder Executivo talvez seja onde a IA tem demonstrado maior potencial de transformação. Cidades como São Paulo, Curitiba e Fortaleza já utilizam algoritmos para prever alagamentos, otimizar o funcionamento do transporte público e melhorar a distribuição de médicos nas unidades de saúde. Em Belo Horizonte, a IA é usa-

IA e o futuro da Gestão Pública: caminhos para a nossa cidade

O futuro da gestão pública já começou - e cabe a Piracicaba decidir o quão protagonista deseja ser nele

Para antecipar a demanda por vagas escolares, permitindo um planejamento mais eficiente da rede municipal. Com sua tradição em inovação agrícola e tecnológica, Piracicaba está em posição privilegiada para aplicar inteligência artificial em áreas como saúde pública, mobilidade urbana e segurança. A prefeitura poderia, por exemplo, utilizar modelos preditivos para identificar regiões com maior risco de surtos de dengue, orientando ações preventivas mais eficazes. Da mesma forma, dados sobre circulação de veículos e transporte coletivo poderiam alimentar um sistema inteligente de mobilidade, identificando gargalos viários e otimizando rotas de ônibus em tempo real.

Naturalmente, a incorporação da IA na gestão pública exige enfrentamento de desafios. São necessárias políticas de capacitação de servidores, investimentos em infraestrutura digital e, acima de tudo, garantias legais para a proteção de dados dos cidadãos. O uso ético da inteligência artificial depende de marcos regulatórios claros, que assegurem a trans-

parência dos algoritmos, o controle social e o respeito à privacidade. Nesse sentido, Piracicaba pode se beneficiar de parcerias com instituições locais de ensino e pesquisa, bem como do fortalecimento de seu ecossistema de inovação e startups, que já vem se destacando no setor tecnológico regional.

O avanço da inteligência artificial nos Poderes da República não é apenas um movimento técnico, mas político e institucional. Representa uma nova forma de enxergar a administração pública: orientada por dados, focada em resultados e atenta às necessidades do cidadão. Para Piracicaba, aderir a essa nova lógica é mais do que modernizar sua estrutura - é garantir um futuro em que a cidade seja referência de eficiência, inovação e participação. A inteligência artificial não substituirá os gestores públicos, mas oferecerá as ferramentas necessárias para que tomem decisões mais acertadas, humanas e sustentáveis. O futuro da gestão pública já começou - e cabe a Piracicaba decidir o quão protagonista deseja ser nele.

Rafael Siqueira, administrador, assessor parlamentar, especialista em Administração e Direito Público, MBA em Gestão de Negócios na Esalq/USP e Graduando em Direito na Faculdade Anhanguera de Piracicaba

Fraude no INSS: quem protegerá os aposentados?

Ariane Maldonado

Recente investigação da Polícia Federal trouxe à tona um dos episódios mais vergonhosos da administração pública brasileira: um esquema criminoso de descontos indevidos sistemáticos nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As apurações escancararam um escândalo de proporcões nacionais, com vítimas em todos os estados, em sua maioria pessoas idosas, muitas vezes com pouca familiaridade com os meios digitais e com recursos limitados para reagir diante da injustiça.

Mais do que uma fraude financeira, estamos diante de um atentado contra a dignidade de quem passou a vida contribuindo com o sistema e, agora, em fase de descanso e merecido amparo, vê-se desprotegido. A vulnerabilidade exposta dos segurados evidencia o colapso de um sistema que deveria primar pela segurança e pela transparência. As falhas não são apenas técnicas, são morais e institucionais.

O caso revelou que entidades - muitas sem credibilidade ou autorização adequada - vi-nham lançando descontos nos contri-

buídos dos beneficiários sem que houvesse consentimento expresso. Uma fraude travestida de associação, que drenava mensalmente valores preciosos da renda de quem vive, na maioria das vezes, com um salário mínimo.

O rombo financeiro nos benefícios de aposentados é expressivo, mas o dano mais profundo é outro: a quebra de confiança em um sistema que deveria protegê-los. Quando um aposentado ou pensionista precisa se transformar em auditor de seus próprios contracheques para não ser lesado, é sinal de que o pacto de solidariedade social que sustenta a Previdência está fragilizado. A recomendação oficial é para que os segurados consultem regularmente seus extratos no site ou aplicativo Meu INSS, embora válida, transfere indevidamente a responsabilidade ao cidadão. Ora, não deveria caber ao idoso desconfiar de seu próprio benefício mensal. Essa função é do Estado, que arca com o custo de manter o sistema. O caso revela que, além de uma estrutura deficiente, há uma cultura de desconfiança e de falta de transparência.

A realidade é ainda mais desalentadora. Mesmo nos casos em que se comprova o desconto indevido, a devolução não ocorre automaticamente. A repara-

O rombo financeiro causado aos aposentados é expressivo, mas o dano mais profundo é outro: a quebra de confiança em um sistema que deveria protegê-los

ção exige iniciativa da vítima, que precisa ingressar com pedido administrativo, buscar apoio jurídico ou se organizar em ações coletivas. Em um país que se orgulha de ter um sistema previdenciário robusto, o mínimo que se espera é que a devolução dos valores ocorra de forma célere, com correção monetária e indenização por danos morais.

Vale destacar que os segurados têm direito à restituição integral, mas, para isso, precisam enfrentar uma estrutura lenta e muitas vezes insensível. É urgente que o governo institua mecanismos automáticos de ressarcimento, sem necessidade de judicialização. A reparação deve ser tão sistemática quanto foi o prejuízo.

Também é fundamental que os órgãos de controle avancem para além da repressão pontual. Os sis-

temas precisam de auditorias regulares, transparência ativa e ferramentas de denúncia acessíveis. Não se trata apenas de punir os responsáveis, mas de prevenir novas violações. É preciso proteger os aposentados de novas armadilhas financeiras, especialmente aquelas disfarçadas de legalidade.

Enquanto isso, recomenda-se que todos os segurados verifiquem seus extratos detalhadamente - disponíveis no aplicativo ou site do Meu INSS - e, caso encontrem descontos não autorizados, acionem imediatamente o INSS, entidades de defesa do consumidor ou o Judiciário. Também é possível, e recomendável, ativar o bloqueio de empréstimos e autorizações associativas, diretamente pela plataforma digital.

Por fim, é hora de um posicionamento firme da sociedade em defesa dos aposentados. O governo federal e o INSS têm que dar respostas urgentes e imediatas. O envelhecimento da população brasileira exige, mais do que nunca, um pacto de respeito e cuidado com os idosos. Permitir que fraudes como essa se perpetuem é não apenas uma falha administrativa - é um sintoma de descaso. E esse, o Brasil não pode mais tolerar.

Ariane Maldonado, advogada especialista em Direito Previdenciário

Piracicaba, derrotados e perdedores

Sergio Oliveira Moraes

Vira e mexe penso na diferenciação entre "derrotados e perdedores", aprendida em um outro contexto. "Nossa" Câmara Municipal e o Executivo têm ao menos essa capacidade, vira e mexe a trazem de volta. A trazem a cada votação em que uns poucos vereadores são derrotados em suas tentativas de evitar o absurdo - e os perdedores somos todos nós, a população. A antipolítica é impossível o diálogo para benefício de poucos e o prejuízo da maioria.

É claro que o risco é calculado, aposta-se no esquecimento que é início de mandato, aposta-se nas redes digitais com seus densos rolos-cortinas de fumaça. Aposta-se na facilidade de serviços, moeda de troca com quem precisa sobreviver. Aposta-se no "bode na sala", deixa-se a situação chegar a tal abandono e risco que chega um momento em que alguns pedem uma atitude, cede-se ao "dos meus o meu" (Hannah Arendt preveniu

que assim vamos nos acostumando com o mal). Aposta-se na ignorância funcional - e por aí segue e o que segue é muito para aqui caber. Segue enquanto Piracicaba, leia-se "nós", seguimos perdendo.

E que não se pense que penso "só" no presente. Não. Penso também no passado que é "Boyes", que foi de Luiz de Queiroz, que foi de tiós que ali trabalharam, nos aniversários de primas no sobrado em frente, da vida casada com o lugar. Penso na "Pinacoteca na Morais", na passadeira que os pés de meu pai subiram - muitas vezes o braço dado com minha mãe - em um ritual muito terno, muito humano e que eu acreditava seria para sempre. Penso nos passeios no "Mirante", ver o "Salto", nos dourados na piracema, no que é natureza - nós - e que agora querem cobrar ingresso para ver enquanto nos ameaçam com torres. E penso no futuro sem passado de quem agora chega a peço perdão pela beleza que não veria. E como sempre pode piorar,

Inconformado com todo o desrespeito que culminou nas "extraordinárias", concluiu agradecendo aos que votaram contrariamente a essa taxa

foi o que aconteceu nas reuniões extraordinárias da Câmara Municipal (no dia 5/5). Sim, "extraordinárias", que tudo foi extraordinário - "urgência" - leia-se ausência de debates, ausência de informação à população, ausência de cuidado, atenção para com o contribuinte, conosco - que é da nossa gaita, grana, erva, arame, caramigui, coihes, o que quiserem, que se trata. É que nas "extraordinárias" de 5/5 foi aprovado - com 15 votos favoráveis e 6 contrários - um novo imposto para custeio da iluminação pública, o Cosip (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública), que prevê cobrança da taxa até para "contribuintes não conectados à rede distribuidora de energia elétrica e/ou que possuam imóveis não edificados" (a Cosip em um terreno nessas condições e com área acima de 1001 m² será de R\$ 1080,00 ao ano). Ou seja, além das "Taxas de Serviços Públicos", pagas no IPTU, mais uma, mais grana. Há que ler o parecer em separado do vereador André Bandeira, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento (JP 3/5, pág. 5). Há que buscar as informações no "site" da Câmara, ler, assistir ao vídeo das reuniões extraordinárias - que sairá do nosso bolso. Os que ganham R\$ 18 mil ao mês "esqueceram" de combinar conosco.

Preocupado, inconformado com todo o desrespeito que culminou nas "extraordinárias", concluiu agradecendo aos que votaram contrariamente a essa taxa: André Bandeira, Laércio Trevisan Jr., Marco Bicheiro, Raul de Almeida, Sílvia Mandato Coletivo e Thiago Ribeiro. Vocês foram os votos derrotados, perdedores somos todos nós. Perdedora é Piracicaba.

Sergio Oliveira Moraes, físico, docente aposentado da Esalq/USP